ATA 2843 SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA - Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, no Teatro Fernando de Azevedo, no prédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, deu-se início às atividades do Seminário das Políticas Públicas da Educação, com a instalação da Mesa de abertura do evento, composta pelo Secretário da Educação Hubert Alquéres, pela Profa Ghisleine Trigo Silveira, Secretária Executiva da SEDUC e Vice-Presidente do CEE/SP, pelo Chefe de Gabinete da SEDUC, Fabiano Moraes e pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Roque Theophilo Junior. O Secretário da Educação abriu o evento, cumprimentando os presentes e os participantes da Mesa. Destacou a importância de que Conselheiros, Dirigentes e Técnicos da SEDUC participem da apresentação e discussão de politicas educacionais implementadas na rede estadual. Destacou algumas das políticas que serão discutidas, entre elas, o Programa Ensino Integral: a autonomia das escolas, mediante o Programa Dinheiro Direto na escola; e o Ensino Médio. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do Conselho Estadual de Educação, Roque Theophilo Junior, que declarou aberta a 2843ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 14/12/2022. Depois de cumprimentar os presentes, o Presidente referiu-se à natureza do Conselho Estadual de Educação, órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, que exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes. Informou, ainda, que o Conselho Estadual de Educação completará 60 anos no próximo ano, já que foi criado pela Lei 7.940, de 7 de junho de 1963, anunciando que serão promovidas atividades comemorativas. Finalmente, ressaltou a importância dessa iniciativa conjunta entre o Conselho Estadual e a SEDUC, em que serão apresentadas e discutidas as politicas educacionais que vêm sendo implementadas na rede estadual nos últimos quatro anos. com foco na melhoria das aprendizagens dos estudantes. Comunicou a presença dos Conselheiros Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, Claudio Kassab, Cláudio Mansur Salomão, Débora Gonzalez Costa Blanco, Eliana Martorano Amaral, Ghisleine Trigo Silveira, Kátia Cristina Stocco Smole, Laura Laganá, Márcia Aparecida Bernardes, Marlene Aparecida Zanata Schneider, Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya, Mauro de Salles Aguiar, Rosângela Aparecida Ferrini Vargas Chede, Rose Neubauer e Valdenice Minatel Melo de Cerqueira. 01 Ausência dos Conselheiros Bernardete Angelina Gatti, Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Jacintho Del Vecchio Júnior, Pollyana Fátima Gama Santos e Thiago Lopes Matsushita. Em seguida, teve início a primeira Mesa sobre o Programa de Ensino Integral - PEI, contando com a mediação da Conselheira Ghisleine Trigo Silveira e a apresentação de Gabriela Dias Bonfim, da equipe PEI da Seduc. De início, apresentou-se a expansão do número de escolas no PEI, de 2012 até 2023, já considerando aquelas que já fizeram sua adesão em 2022. De 16 escolas, em 2012, esse número expandiu-se para 2314, em 2023. No período de 2018 a 2023, observou-se a seguinte expansão: enquanto em 2018 as escolas PEI estavam em 140 municípios e 82 Diretorias de Ensino, em 2023 serão 492 os municípios e 91 Diretorias. Quanto ao número de estudantes, de 115 mil em jornada integral, em 2018, passou-se a 1 milhão e 1,2 milhão de vagas. No período 2019 a 2023, o PEI conseguiu atender mais adequadamente ao princípio da equidade, dando-se prioridade à região do Vale do Ribeira que, de 3 escolas PEI, em 2018, passará a 70 escolas, em 2023. Além disso, em 2022, tornaram-se PEI as primeiras escolas indígenas e 7 escolas de assentamentos. Em seguida a esses aspectos da expansão, a Profa. Gabriela apresentou resultados do PEI, em termos do desempenho dos estudantes. Segundo estudo realizado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES/USP), com apoio do Instituto Sonho Grande e Instituto Natura, o impacto na proficiência do 3º ano em Matemática e Língua Portuguesa corresponde a 3 anos adicionais de aprendizagem em Matemática e a 1,5 ano, em Língua Portuguesa.

1 2

3

4

5

6 7

8

9

10 11

12 13

14 15

16

17

18

19

20

21 22

23

24

2526

27

28 29

30

31

32

33

34

35

36

3738

39

40

41 42

43

4445

46 47

48

49

50

51

52

1

2

3

4 5

6 7

8 9

10

11

12

13

14 15

16

17 18

19

20

21 22

23

24

25

2627

28

29 30

31

32

33

34

35 36

37

38 39

40

41 42

43

44

45

46 47

48 49

50 51

52

Segundo esse mesmo estudo, o PEI tem impactos expressivos na redução da taxa de evasão: de 10.6%, quando se considera o conjunto dos 3 anos e de 19.4%, entre os alunos que têm maior defasagem idade-série. Em seguida, a Profa. Gabriela apresentou a diferença de desempenho, no SAEB/2021, entre escolas estaduais sem e com jornada integral, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Quando o SAEB é a referência, reiteram-se os resultados do estudo realizado pelo LEPES/USP. Nos dois componentes, a proficiência média é significativamente maior entre os estudantes em jornada integral, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Verifica-se, ainda, que essa diferenca aumenta entre os estudantes que cursaram a PEI por mais tempo (implementação anterior a 2019 comparada ao período de 2020 e 2021) e, ainda, entre aqueles que estudam em jornada de 9 horas, em relação às escolas PEI em 7 horas. Em seguida, a profa. Gabriela referiu-se a questões que devem ser equacionadas para a continuidade da expansão do PEI, como, por exemplo, obras de infraestrutura em escolas que desejam ingressar no Programa, mas ainda não contam com ambientes pedagógicos além das salas de aula; a necessidade de apoio a estudantes de Ensino Médio que desejam cursar a PEI, mas não o fazem por questões financeiras e: finalmente, a necessidade de realizar estudos comparativos entre o desempenho dos estudantes das PEI de 7 e de 9 horas. No encerramento da Mesa, a Conselheira Ghisleine enfatizou a importância do Programa, especialmente quando se considera o seu impacto positivo no desempenho dos estudantes que dele participam, bem como a necessidade de estratégias que apoiem os estudantes que desejam ter condições de cursar uma escola em jornada integral, sem que tenham condições individuais e familiares para isso. Salientou o impacto positivo na redução da evasão escolar, em especial entre estudantes com maior defasagem idade série, levantando algumas razões que, na prática, contribuem para o fato: o acolhimento sistemático a todos os estudantes, a possibilidade de participação em estratégias de recuperação de aprendizagem, a monitoria - que permite que os estudantes tenham na escola uma referência de apoio mais próxima - e, especialmente, a possibilidade de que os jovens invistam em seu projeto de vida e desenvolvam o protagonismo necessário para optar por eletivas que mais atendam a seus interesses particulares. A próxima mesa versou sobre o novo Ensino Médio, com mediação da Conselheira Kátia Smole e a apresentação da Coordenadora da Coordenadoria Pedagógica da Seduc, profa. Viviane Pedroso Cardoso que, inicialmente, referiu-se ao histórico das mudanças no Ensino Médio e o processo de sua implementação na SEDUC. Regulamentada pela Lei 13.415/2017 e homologada em 2018, a Base Nacional Comum Curricular - Etapa do Ensino Médio define o conjunto de habilidades essenciais que devem ser asseguradas para todos os estudantes brasileiros. Segundo a profa. Viviane, em 2018, o Estado de São Paulo começou a construção do seu novo currículo pelas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e, em seguida, já em 2019, a experiência nessas etapas foi fundamental para um desafio maior, a redação do Currículo da etapa do Ensino Médio. Os princípios de uma educação integral, com foco no projeto de vida e no protagonismo do estudante já estavam registrados no documento curricular e na forma de compreender o processo educativo, assim como a prática da construção em conjunto com os municípios. Nesse mesmo ano, foram realizados 1,6 mil seminários, que contaram com a participação de 140 mil estudantes e 18 mil docentes, que trouxeram insumos para a redação da primeira versão do Currículo Paulista do Ensino Médio, disponibilizada para análise em consulta pública. Ainda, segundo a profa. Viviane, foram coletadas 400 mil contribuições de estudantes e professores, incorporadas na versão 2 do documento curricular. A partir dessa versão, as trocas com o Conselho Estadual de Educação passaram a ser mais frequentes e o documento ganhou mais consistência. A versão final do documento curricular foi então submetida à apreciação do CEE no final do primeiro semestre de 2020, após um ano e meio do início dos trabalhos. Em 29 de julho de 2020, o Currículo Paulista da etapa do Ensino Médio foi aprovado por

1 2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12 13

14 15

16

17 18

19

2021

2223

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39 40

41 42

43

44

45

46 47

48

49 50

51

52

unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação e homologado em 3 de agosto, tornando-se o primeiro currículo do Brasil nessas condições. Imediatamente após a homologação, as formações começaram a ser realizadas pela equipe de redatores através de lives transmitidas pelo Centro de Mídias de São Paulo e a implementação de um plano formativo pela Escola de Formação dos Profissionais da Educação, com foco nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC). Um dos elementos centrais dessas formações foi a apresentação da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos como partes indissociáveis da formação do estudante, com destaque para a necessária flexibilidade da proposta. A mudança da matriz curricular, em vigor até então, marcou o início da implementação do Novo Ensino Médio, organizado em 1800 horas para a Formação Geral Básica e 1350 horas para os Itinerários Formativos, estes constituídos por 450 horas dos componentes do Inova Educação - eletivas, projeto de Vida e Tecnologia e Inovação – e por 900 horas de aprofundamentos curriculares. A profa. Viviane apresentou um esquema geral da distribuição das Unidades Curriculares que compõem os aprofundamentos curriculares, explicando que os estudantes poderiam optar por um aprofundamento propedêutico (referente às 4 áreas de conhecimentos ou a combinações entre elas) ou por um itinerário de natureza profissionalizante, ofertado em parceria com o Centro Paula Souza. Para apoiar os professores e alunos na implementação do Novo Ensino Médio, já em 2020 foi iniciada a produção dos materiais da coleção Currículo em Ação para a Formação Geral Básica e para os aprofundamentos curriculares. Essa implementação começou no ano letivo de 2021, para os mais de 450 mil alunos matriculados na 1ª série do ensino médio, em mais de 3,6 mil escolas estaduais de São Paulo. Conforme o desenho da arquitetura implementada no estado, esses estudantes tiveram a maior parte da sua carga horária na Formação Geral Básica e, no Itinerário Formativo, as aulas de Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação. Em 2021, esses estudantes puderam ter contato com o catálogo dos aprofundamentos curriculares, denominado pela SEDUC de Guia do Estudante. Foi a partir desse Guia, com ementas das Unidades Curriculares e disciplinas de cada aprofundamento, que os estudantes realizaram a sua manifestação de interesse, na Secretaria Escolar Digital (SED) e de acordo com o seu projeto de vida, pelos aprofundamentos ou pela formação técnica e profissional, via NOVOTEC Integrado (21 cursos) e Expresso (4 cursos). Em 2022, os aprofundamentos curriculares foram implementados e os primeiros resultados já puderam ser observados, como por exemplo o que aconteceu na escola Leopoldo Santana, no Capão Redondo, na zona sul de São Paulo. Com 1870 estudantes, em uma região periférica, o diretor Helder Miranda abraçou o desafio da implementação do Novo Ensino Médio em todos os sentidos. Segundo a Profa. Viviane, os resultados já são percebidos na escola, inclusive pela aplicação do PDDE que permitiu a organização de diferentes espaços de aprendizagem para os estudantes, que contam até mesmo com um estúdio em que se pode gravar trabalhos e transmitir podcasts. A Profa. Viviane ressaltou que, neste final do ano letivo de 2022, a Secretaria da Educação de São Paulo está concluindo o segundo ano de implementação do Novo Ensino Médio. Segundo ela, até agora puderam ser concretizadas muitas das propostas expressas no Currículo Paulista e nos materiais de apoio didático: projetos construídos pelos estudantes, aulas ministradas a partir de metodologias ativas, estudantes falando do seu projeto de vida e a sensação de que estamos indo para o caminho certo. No encerramento da mesa, a Conselheira Kátia Smole enfatizou a importância do Programa do Novo Ensino Médio, destacando a importância da flexibilização dessa etapa da Educação Básica, do acolhimento das expectativas dos jovens e da ênfase ao seu projeto de vida. Em seguida, abriu-se espaço para a participação de representantes dos Grêmios Estudantis de Escolas das Diretorias de Ensino de São Paulo e Grande São Paulo. Na ocasião, esses representantes apresentaram os projetos que vêm desenvolvendo em suas respectivas escolas, sobre temáticas de interesse dos jovens, tais como diversidade, cultura local, talentos juvenis,

1

2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12

13

14 15

16

17 18

19 20

21

22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

3435

36 37

38

39

40

41 42

43

44

45

46 47

48 49

50 51

52

entre tantas outras. A Mesa seguinte contou com a participação do governador Rodrigo Garcia, do Secretário de Educação Prof. Hubert Alguéres e da Presidente da UNDIME SP, prof. Márcia Bernardes, Dirigente Municipal de Educação de Mairiporã e Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Inicialmente, o Secretário da Educação referiu-se aos projetos que estão sendo apresentados neste Seminário, destacando alguns de seus resultados. Relatou ainda que foram tomadas todas as providências para que o início do ano letivo de 2023 transcorra em normalidade, especialmente no que diz respeito à atribuição de aulas, ao envio de materiais escolares e pedagógicos às escolas, aos contratos para alimentação e merenda escolar, entre outros. Segundo o Secretário, o processo de transição está ocorrendo de forma a assegurar ao futuro Secretário todas as informações relativas à estrutura e funcionamento da SEDUC, bem como todos os esclarecimentos solicitados pela equipe designada para tal. A Presidente da UNDIME-SP e Conselheira do CEE, Profa Márcia Bernardes, referiu-se à importância do evento, destacando a relevância dos processos de colaboração entre o Estado e os municípios, em especial para ações relativas à implementação do Currículo Paulista, à formação continuada de professores via EFAPE, à viabilização da inclusão de municípios no SARESP e mesmo no que se refere a melhorias na infraestrutura física e pedagógica de escolas municipais. O Senhor Governador Rodrigo Garcia iniciou a sua fala referindo-se aos projetos e programas desenvolvidos na SEDUC, muitos deles que se caracterizam como políticas de estado e que, portanto, deverão ter continuidade. Por fim, agradeceu a participação de todos na implementação desses programas e das demais políticas educacionais paulistas. A próxima Mesa versou sobre Convivência e rede protetiva na escola, com mediação da Conselheira Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti e a apresentação da profa. Ilana Henrique dos Santos, uma das coordenadoras do Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar - CONVIVA/SP. Em sua apresentação, a profa. Ilana referiu-se às características gerais do CONVIVA/SP, com destaque para a implementação da dimensão da Convivência na Gestão Integrada e de ações proativas de segurança. O CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar foi criado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a partir da Resolução SE 48/2019, com o objetivo de tornar toda escola um ambiente de aprendizagem solidário, colaborativo, acolhedor e seguro, na busca do fortalecimento das relações humanas, do senso de auto-proteção e da melhoria da aprendizagem de todos. Segundo a apresentadora, trata-se uma concepção preventiva, promotora e propositiva sobre a complexidade da convivência social na escola e que considera fundamentais as experiências dos indivíduos e a percepção destes sobre a própria realidade. A capacidade de conviver respeitosamente e de maneira solidária com as diferenças deve ser fortalecida na escola e, para tal, espaços e tempos formativos adequados são de suma importância. Analisar a conjuntura social e de contexto da unidade escolar para apoiar os gestores na abordagem de problemas de convivência e subsidiar os professores em sala de aula quanto às atribuições dos agentes públicos contra omissão, é o diferencial desse trabalho. É na escola, ou a partir dela, que as situações de risco podem surgir; portanto, é essencial preparar os agentes públicos para identificação de sinais de vulnerabilidade e de seu encaminhamento à rede especializada. A Profa. Ilana destacou, ainda, que os profissionais da educação e equipes gestoras sentem-se inseguros para atuar junto aos serviços das Redes de Proteção Social em seus respectivos territórios, por isso, o Programa incentiva a aproximação entre as unidades escolares e as Diretorias de Ensino e suas comunidades; os núcleos familiares dos estudantes; os serviços que promovem o aumento do senso de segurança e proteção; desenvolvendo assim estratégias articuladas e focadas nas necessidades especificas para as diferentes situações que estão para além da competência estrita da educação. Por fim, relatou uma experiência bem sucedida desenvolvida pela Equipe Técnica Conviva/ SEDUC junto a Supervisores de Ensino e dos Professores Especialistas de Convivência sobre a importância da articulação entre

1

2 3

4 5

6

7

8 9

10

11

12

13

14 15

16

17 18

19

2021

2223

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

3435

36 37

38 39

40

41 42

43

44

45

46 47

48 49

50

51

52

Educação e demais setores do poder público, iniciativa privada e sociedade civil. observando metodologia específica para a organização de níveis de atuação e responsabilidade bem delimitados. Ao longo do ano de 2022, foram realizadas pautas específicas sobre o tema Rede Protetiva, que culminou no mapeamento da Rede Protetiva das 91 Diretorias de Ensino e esboços de Planos de Contingência. Espera-se, em 2023, que os participantes desse processo possam apoiar as escolas de suas Diretorias para que elas possam também elaborar suas próprias redes protetivas. A Conselheira Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti, em seus comentários, ressaltou a importância do Programa e, em especial, a contribuição que ele pode representar para o reconhecimento e o respeito às diferenças entre as pessoas. Acrescentou que, mesmo entre crianças pequenas, é disseminada a percepção de que todas as pessoas são diferentes, a despeito de que todas tenham a mesma estrutura básica. A próxima Mesa versou sobre o tema Nova Carreira do Professor, em que se tratou das principais características da Nova Carreira do Professor do Estado de São Paulo, com destaque à política de formação continuada da SEDUC e aos referenciais da atuação docente dos professores da Educação Básica da rede pública do Estado de São Paulo. Mediada pela Conselheira Ghisleine Trigo Silveira, a Profa Cristty Anny Se Hayon, Coordenadora da Coordenadoria Geral de Recursos Humanos, discorreu sobre a Nova Carreira do Professor, enquanto o Prof. João Freitas da Silva, Coordenador da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, tratou do Plano de Desenvolvimento Profissional (PDP) e dos Referenciais da ação docente e dos diretores de escola, previstos na Nova Carreira. A Profa Cristty iniciou sua fala referindo-se à Lei Complementar nº 1.374/2022, que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração para os professores, supervisores e diretores de ensino fundamental e médio. Disse, ainda, que as mudanças implementadas fundamentaram-se em resultados de estudos desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Secretaria de Governo e a Secretaria da Fazenda e Planejamento, com a perspectiva de aprimorar os resultados educacionais da rede estadual de ensino paulista e ofertar educação pública de excelência e com equidade, por meio da valorização dos professores. Isto porque, entre outros aspectos, os resultados desses estudos apontaram que os professores são elementos centrais para a melhoria dos resultados de aprendizagem de qualquer sistema educacional e que professores de excelência podem fazer uma grande diferença na trajetória de aprendizagem dos estudantes. Para tanto, é necessário que se tenha clareza quanto às competências profissionais que precisam ser desenvolvidas pelos docentes, em termos dos conhecimentos profissionais e de suas práticas – aspectos valorizados na nova carreira docente. Segundo a Profa Cristty, até a aprovação da Lei Complementar no 1.374/2022, a carreira dos professores e gestores da Secretaria Estadual de Educação regia-se pela Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, segundo a qual o Quadro do Magistério é integrado pelos seguintes cargos: Professor Educação Básica I, Professor Educação Básica II, Diretor de Escola, Supervisor de Ensino e Dirigente Regional de Ensino. Portanto, para evoluir na carreira, o professor necessariamente precisava deixar de ser docente. Com a nova Lei Complementar, os cargos previstos são: Professor de Ensino Fundamental e Médio, Diretor Escolar, Supervisor Educacional e Dirigente Regional de Ensino. A nova carreira está estruturada em 15 referências e se organiza em três trilhas: Regência, esta é a trilha principal de desenvolvimento, Especialista Educacional e Gestão Educacional. Portanto, o professor pode optar por outras trilhas, sem deixar de ser docente. Segundo a Profa Cristty, a movimentação do docente na carreira se dará na forma de evolução por desenvolvimento e por desempenho, seguindo a seguência das referências da respectiva trilha, conforme regulamentação a ser instituída posteriormente em decreto. Nessas duas modalidades, a progressão profissional tem foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes: as possibilidades de progressão são apoiadas por meio de planos de formação e

1

2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12 13

14

15 16

17 18

19

20

21 22

23

24

25

2627

28

29 30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41 42

43

44

45

46 47

48 49

50

51

52

instrumentos avaliativos estruturados, com base nas competências e nas habilidades da prática docente. O interstício mínimo para evolução na carreira é de 2 (dois) anos, enquanto no Plano de Carreira, anterior, os interstícios mínimos variavam de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Segundo a apresentadora, na reestruturação da carreira docente, o interstício é reduzido, contando inclusive com um acelerador, visando gerar maiores incentivos, tornar a carreira mais atrativa e dar mais oportunidades de crescimento profissional para os docentes. A nova carreira docente define duas jornadas de trabalho docente: Jornada Completa de Trabalho Docente, com 25 horas semanais de trabalho, e Jornada Ampliada de Trabalho Docente, com 40 horas semanais de trabalho, aplicável aos profissionais que atuam nas funções de Especialista em Educação e Gestão Educacional. Segundo a Profa Cristty, o ingresso na nova carreira dar-se-á por adesão e por concurso público de provas e títulos, admitindo-se a contratação de docentes, sempre que necessário, com remuneração pela referência inicial da Tabela de Subsídio -Licenciatura Plena. A adesão à nova carreira encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 6.794/2022/2022. Os integrantes do Quadro do Magistério em efetivo exercício nas unidades escolares e administrativas da Secretaria da Educação realizarão a opção pelo Plano de Carreira e Remuneração por meio de manifestação irretratável, efetuada via plataforma Secretaria Escolar Digital - SED, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 02/06/2022. Nos casos em que o integrante do Quadro do Magistério possua 2 (dois) vínculos na rede estadual de ensino, a opção deverá ocorrer em relação a cada vínculo. Após a adesão à nova carreira, o servidor terá o cargo ou função-atividade enquadrado na nova situação funcional e na tabela de referência de subsídio. Por fim, a profa. Cristty acrescentou que, além da carga suplementar, são compatíveis com o pagamento por subsídio a bonificação por resultados, gratificações e adicionais para funções que vão além das atribuições do cargo e para condições excepcionais em que o serviço é prestado. Em seguida, o Coordenador da EFAPE, Prof. João Freitas iniciou sua apresentação referindo-se à atenção que o estudo das competências profissionais docentes mereceu desta Secretaria desde 2019. Na ocasião, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Ministério da Educação (MEC) organizaram uma frente de trabalho, que contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas (FCC) e a participação de representantes das Secretarias Estaduais, entre as quais, a de São Paulo. O documento produzido pelo grupo (Referenciais Profissionais Docentes para a Formação Continuada, anexado à Resolução CNE/CP Nº 14 de 2020), serviu como base para discussões posteriores na Rede de Ensino de São Paulo, cujos resultados foram registrados em Conselho Estadual de Educação e consolidado documento encaminhado ao posteriormente pela EFAPE, com base nas recomendações daguela instituição. Com a Nova Carreira do Professor, as demandas, especificidades e necessidades de formação continuada em serviço se alteram e devem ajustar-se à uma nova realidade, na qual cada docente elaborará, junto à equipe gestora de sua Unidade Escolar, um Plano de Desenvolvimento Profissional (PDP), que deverá contemplar os seguintes aspectos: autoavaliação do professor com base nos referenciais de atuação docente (competências e habilidades) - análise dos resultados de aprendizagem dos estudantes de sua Unidade Escolar; - metas do Projeto Pedagógico da escola. Segundo o Prof. João, o PDP de cada docente deve levar em consideração aspectos relativos à sua autopercepção e autoavaliação de sua formação profissional, mas também aqueles associados à escola em que trabalha, ao seu entorno e às aprendizagens de seus estudantes. Trata-se, portanto, de um instrumento a serviço do desenvolvimento profissional docente, em que se explicita um foco de desenvolvimento específico para cada docente, a partir de competências e habilidades dos referenciais de atuação docente e dos resultados da avaliação de seu desempenho. Nesse contexto, cabe à SEDUC implementar ações de formação continuada que promovam o desenvolvimento profissional dos docentes,

1

2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12

13

14 15

16

17 18

19

20

21 22

2324

25

2627

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41 42

43

44

45

46 47

48 49

50

51

52

buscando a máxima coerência entre as necessidades formativas e os processos de formação. Para atender às demandas e variabilidade dos PDP de todos os docentes da rede, a EFAPE planeja oferecer um Cardápio Formativo de Cursos e ações que contemplem diferentes temas e perspectivas alinhadas às necessidades formativas dos professores. Segundo o Prof. João, a proposta é de que cada docente realize 270 horas de formação por ano: 60h através de cursos de formação continuada ofertados pela EFAPE, Diretorias de Ensino e instituições credenciadas; e mais 210h anuais de atividades pedagógicas formativas na Unidade Escolar. Os docentes continuam tendo a possibilidade de realizar cursos de sua escolha, em nível de pós-graduação, que serão considerados para efeito de avanço na carreira. A Nova Carreira Docente prevê a evolução na trajetória do professor de acordo com níveis, que variam nos aspectos de Desempenho e de Desenvolvimento. À EFAPE concerne, especialmente, a propiciação da evolução por desenvolvimento, por meio, como já colocado, da oferta de cursos de um Cardápio Formativo que se propõe à diversificação e à complexificação, conforme o profissional avance em sua carreira. Ainda segundo o Prof. João, as ações formativas deverão estar intimamente vinculadas com o desenvolvimento de competências e habilidades docentes, estipuladas pelos Referenciais de Atuação Docente, iá analisados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). A partir das recomendações realizadas pelo CEE após sua análise, o documento dos Referenciais foi atualizado e a SEDUC já elaborou uma primeira versão desse documento. Esses Referenciais de Atuação Docente têm como ponto de partida a Resolução do CNE/ CP nº 01/2020, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC - Formação Continuada), homologado em 26/10/2020. Levou-se também em consideração, em âmbito estadual, a Resolução SE 52, de 14/08/2013, que dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos profissionais da Educação da Rede de Ensino Estadual paulista, assim como normativas correlatas. Segundo o Prof. João, estes Referenciais explicitam o que se espera que os profissionais saibam e sejam capazes de fazer no exercício da profissão, além de expressar um consenso sobre o que é valorizado e o que se deseja alcançar em termos de sua atuação. Assim, servem de orientação para os profissionais e as políticas que incidem sobre eles, inclusive as de formação continuada. Baseiam-se em conhecimentos, competências, práticas e valores comprometidos com o bom exercício da profissão docente, organizados em três dimensões fundamentais: Conhecimento Profissional, Prática Profissional e Engajamento Profissional. No encerramento de sua apresentação, o Prof. João referiu-se a alguns desafios que ainda deverão ser enfrentados para continuidade da implementação da nova carreira, no âmbito da formação continuada dos docentes. Segundo ele, é necessário validar os referenciais já elaborados para os docentes; além disso, elaborar referenciais para os demais cargos, conforme prevê a nova carreira. É necessário, ainda, com base nos novos referenciais, atualizar os cursos que já estão disponíveis na EFAPE, além de elaborar novos cursos e acões formativas para construção do Cardápio de formações que contribuam para que as necessidades dos professores sejam efetivamente atendidas. A Conselheira Ghisleine agradeceu à Profa. Cristty e ao Prof. João por suas apresentações, acrescentando alguns comentários. No primeiro deles, afirmou que entende ser positivo que tanto a Base Nacional Comum Curricular quanto os Referenciais Docentes recorram a uma mesma nomenclatura para designar as aprendizagens dos estudantes e dos docentes, explicitando as competências e habilidades que precisam ser por eles desenvolvidas. Segundo ela, este fato pode contribuir para que eventuais dúvidas sobre o significado de "competências e habilidades" possam ser esclarecidas de vez. Referiu-se ainda à necessidade do envolvimento dos profissionais da educação no processo de elaboração e discussão dos referenciais para todas as carreiras, até para que possam neles identificar aspectos de sua prática cotidiana. Por fim, comentou que a definição

1

2

3

4 5

6 7

8 9

10

11

12 13

14 15

16

17 18

19

20

21 22

23

2425

2627

28

29 30

31

32

33

3435

36

37

38

39 40

41

42 43

44

45

46 47

48 49

50

51

52

desses referenciais deve contribuir para que se estabeleça a necessária e tão desejada conexão entre os cursos oferecidos pela EFAPE e as demandas efetivas da formação profissional, o que nem sempre acontece. A próxima apresentação versou sobre o tema "Autonomia da Escola: fortalecimento da autonomia escolar por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Paulista)", tendo como mediadora a Conselheira Rose Neubauer e como palestrante, o Chefe de Gabinete da SEDUC, Fabiano Moraes (SEDUC/SP). A Conselheira Rose, ao apresentar o palestrante, resgatou aspectos da política educacional quando ela foi Secretária de Educação no Governo Mário Covas, no período de 1995 a 2002. Referiu-se especificamente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), iniciado no primeiro ano de sua gestão. Disse da importância dessa descentralização de recursos financeiros para fortalecer a autonomia pedagógica de cada escola, apostando em sua capacidade de destinar os recursos recebidos segundo o seu Projeto Pedagógico e as demandas especificas da comunidade escolar e . especialmente. as dos estudantes. Segundo ela, foi fundamental à época - e ainda o é - apostar na comunidade escolar, constituída por diretores, professores, alunos e pais de alunos, como o único caminho para otimizar a aplicação de recursos, uma vez que eles conhecem as reais necessidades de sua escola. Em seguida, passou a palavra para o Chefe de Gabinete da SEDUC, Fabiano Moraes, que iniciou sua apresentação destacando que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional refere-se à autonomia financeira das escolas, quando determina que "os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público". Segundo Fabiano, o Programa Dinheiro direto na escola paulista" (PDDE paulista), instituído pela Lei n.º 17.149/2019 e regulamentado pelo Decreto n.º 64.644/2019, tem como objetivo promover a autonomia de gestão financeira das unidades escolares, além de mobilizar também os princípios de descentralização e participação da comunidade escolar na implementação de políticas públicas educacionais. O PDDE permite a transferência de recursos do orcamento público às Associações de Pais e Mestres (APMs), na condição de unidades executoras representativas da comunidade escolar, recursos estes que possibilitam a realização de melhorias de infraestrutura e a aquisição de materiais e equipamentos inclusive para fins pedagógicos. A maior parte dos recursos transferidos à rede estadual de ensino destina-se à manutenção e desenvolvimento de ensino, permitindo a realização de pequenas reformas e melhorias da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares. Em 2022, as escolas receberam um total de R\$650 milhões para essa finalidade. O palestrante passou a palavra à Dirigente de uma das Diretorias de Ensino, que deu o seu depoimento sobre como esses recursos foram utilizados para reforma e conservação da quadra de esportes de uma escola e na reforma do telhado de outra escola, danificado por ocasião de uma tempestade. Retomando a palavra, Fabiano referiu-se aos recursos destinados para instalação e manutenção de Centros de Inovação da Educação Básica Paulista (CIEBP), em escolas da rede estadual. Em 2022, foram descentralizados R\$720 mil reais para essa finalidade e, ainda R\$200 MIL para a aquisição de produtos e serviços destinados à implantação e funcionamento do Programa Atividades Maker e Espaços de Inovação nas escolas da rede estadual. Convidou outra dirigente para dar o seu depoimento a respeito desses dois subprogramas; segundo ela, a possibilidade de investimento na instalação do CIEBP em sua região ampliou as possibilidades de que estudantes e professores desenvolvessem um bom repertório de práticas na área da tecnologia, o que impactou nas aprendizagens de praticamente todos os componentes curriculares. Além disso, a possibilidade de que escolas investissem na criação de seus próprios ambientes MAKER permitiu a ampliação daquele repertório. Em seguida, Fabiano referiu-se aos recursos financeiros - no montante de R\$600 MIL - que, em 2022, permitiram que o ensino por investigação fosse viabilizado na área de Ciências da Natureza, com a aquisição de

1

2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21 22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

3435

36

37

38

39

40

41 42

43

44

45

46 47

48

49 50

51

52

equipamentos, reparo e adequação de espaços destinados à instalação ou utilização do laboratório de ciências. Referiu-se, ainda, ao Subprograma Demandas, esclarecendo que. sob esse termo guarda-chuva, abrigam-se os repasses de recursos financeiros às APM para atendimento de demandas emergenciais (descentralização de R\$15 Milhões), por meio de solicitação do recurso via Portal SP Sem Papel. Nessa categoria, incluem-se, ainda, os repasses associados às Emendas Parlamentares. Nesses casos, exige-se das APM/Escolas a elaboração de Plano de Aplicação Financeira - PAF, acompanhado de pesquisa de preços composta por três orçamentos comparáveis. Outro Subprograma é destinado à Renovação AVCB, com a descentralização de R\$14,5 MILHÕES, em 2022, para a realização de serviços e/ou aquisição de equipamentos e itens necessários à renovação do Auto de Vistoria dos Bombeiros (AVCB) dos prédios escolares da rede estadual de ensino. Finalmente, referiu-se a mais quatro subprogramas do PDDE, realizados em 2022: o COVID-19 (R\$25,2 MILHÕES), relativo a insumos necessários à adocão das diretrizes sanitárias do Protocolo Intersetorial do Plano São Paulo: o Dignidade Intima (R\$33,9 MILHÕES), para aquisição de produtos de higiene íntima menstrual, o Novo Ensino Médio (R\$28,8 MILHÕES, para aquisição de material complementar para implementação dos aprofundamentos curriculares dos itinerários formativos e o Educação e Atividades Pedagógicas Externas, para transporte eventual de alunos para visitas aos diferentes tipos de museus, teatros, exposições culturais e artísticas, casas e centros de cultura e atividades afins. No encerramento de sua fala, o Chefe de Gabinete considerou que a construção da autonomia por meio do PDDE Paulista supõe um aprendizado contínuo, em especial no que se refere aos seguintes aspectos: envolver a comunidade no processo de seleção das prioridades e destinação dos recursos, aprimorar o processo de prestação de contas e por fim e não menos importante, garantir a transparência durante todo o processo. Na última Mesa, sob a mediação da Conselheira Eliana Martorano Amaral, foram apresentados dois Programas Inovadores implementados pela SEDUC: o Centro de Mídias de São Paulo – CMSP, pela Profa. Maria Fernanda Degan Bocafoli, da EFAPE, e o Centro de Inovação da Educação Básica Paulista – CIEBP, pela profa. Débora Garofalo, da SEDUC. Em sua apresentação, a Profa. Maria Fernanda informou que o Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), instituído por meio do Decreto nº 64.982, de 15 de Maio de 2020, teve como principal objetivo, por ocasião da pandemia da Covid-19, apresentar uma solução digital para distribuição de conteúdo educacional para estudantes e professores. Em situação de urgência, por meio de um projeto colaborativo, realizado de forma célere e envolvendo diferentes setores da Seduc-SP, gestou-se e implantou-se o CMSP: uma ferramenta multi canal em que são oferecidas aulas remotas para estudantes e formações para professores e demais profissionais da educação por meio de aplicativo próprio, TV, redes sociais e Youtube. O CMSP foi criado para oferecer oportunidades de aprendizagem para mais de 3,3 milhões de estudantes e de formação para cerca de 250 mil profissionais da educação da rede estadual de ensino paulista, além de atendimento aos servidores e estudantes das redes municipais. O desafio de garantir a aprendizagem dos estudantes e a formação de profissionais da educação tornou-se ainda maior, principalmente considerando os obstáculos que se apresentavam em relação ao acesso à internet e aos dispositivos de qualidade para garantir a continuidade de seus estudos. Diante desse desafio, a solução encontrada foi o desenvolvimento de um aplicativo para celular, com dados patrocinados (todos os dados utilizados em rede móvel, durante a utilização do aplicativo são custeados pela Secretaria da Educação, inclusive o uso de programas gravados, sempre que acessados pelo aplicativo). Com o objetivo de atender o maior número de pessoas, o conteúdo das aulas também foi, desde o início, transmitido pelo sinal digital, de modo síncrono, em dois canais de TV digital aberta (TV Educação e canal Univesp), na plataforma Facebook (síncrono), plataforma Youtube (assíncrono e síncrono), e disponibilização dos conteúdos no repositório do CMSP (assíncrono). Para Ata 2843

1

2 3

4 5

6

7

8 9

10

11

12 13

14

15 16

17 18

19

20

21 22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42 43

44

45

46 47

48 49

50

51

52

possibilitar o acompanhamento das transmissões do CMSP, as escolas receberam os denominados "Kits CMSP", que contam com televisores com recursos touchscreen, webcam, laptops, microfone e upgrade de internet. Em 2022, a SEDUC tem disponíveis no CMSP os seguintes recursos: 23 canais de série/ano com estudantes e professores (centralizado), 10 canais de transmissão para formação de servidores (centralizado), 4 canais para servidores municipais (centralizado), 91 canais das Diretorias de Ensino (descentralizado), 263.849 canais de turmas ativas de estudantes e professores (descentralizado) e 68 canais de formações de programas específicos, entre outros. Para viabilizar estas ações, o CMSP conta com 7 estúdios, sendo 1 estúdio-auditório, com disponibilidade de uso nos períodos da manhã, tarde e noite, localizados no prédio da Escola de Formação dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE). Todo o conteúdo é produzido e/ou validado por uma equipe de profissionais (professores e equipe técnica) envolvidos no processo de elaboração de aulas e ações formativas. No que se refere à transmissão das aulas, a estrutura estabelecida para 2022, compreende aulas síncronas de 45 minutos, relativas às aprendizagens definidas pelo Currículo Paulista e conteúdos inéditos, para uso complementar, disponibilizados somente no Repositório. Em relação às ações formativas desenvolvidas em 2022, a estrutura abrange Atividades Pedagógicas de Caráter Formativo/Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), Trilhas formativas e Formações voltadas aos gestores e demais profissionais educacionais e Lives sobre abordam temáticas de interesse da EFAPE e demais áreas da Seduc-SP. É importante ressaltar que todas as ações formativas e aulas transmitidas pelo CMSP são disponibilizadas em um Repositório CMSP, para consulta e acompanhamento das ações transmitidas/gravadas. Segundo a Profa. Fernanda, o CMSP tem funcionado como uma referência para outras redes estaduais do Brasil desenvolverem estratégias semelhantes para oferecer oportunidades de aprendizagem aos estudantes e ações formativas aos profissionais de educação. Assim, o CMSP beneficia indiretamente milhões de outros estudantes das redes municipais de São Paulo e de outros estados do Brasil. Todo o conteúdo pode ser acessado por qualquer interessado em todo o país pelo repositório. Segundo a palestrante, em pouco tempo de criação o CMSP foi laureado com premiações internacionais: em 2020, o Prêmio Governarte BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), como uma das seis melhores iniciativas da América Latina com ideias inovadoras em gestão pública e serviços para enfrentar a crise do COVID-19; em 2021, o Prêmio Youtube Impact Report, reconhecido como uma das melhores iniciativas de impacto econômico criativo da plataforma e, em 2022, o Prêmio Ciena Solutions Challenge, reconhecido como uma das 17 melhores soluções para a construção de uma comunidade de conhecimento com tecnologia. Ao encerrar sua fala, a Profa. Fernanda considerou que, mesmo com a retomada das atividades presenciais, o CMSP continua sendo essencial para promover a recuperação e o aprofundamento da aprendizagem dos estudantes, as formações de profissionais da educação, assim como para oferecer oportunidades que tornem a educação mais conectada aos interesses e sonhos dos estudantes, e alinhada às necessidades do século XXI. À Profa. Débora Garofalo coube apresentar o Centro de Inovação da Educação Básica Paulista - CIEBP. Ela iniciou sua fala afirmando que o CIEBP dialoga com as melhores práticas educacionais da rede estadual, como incentivador do protagonismo juvenil, atendendo aos interesses, demandas e necessidades dos estudantes de todo o Estado. Segundo ela, o CIEPB orienta-se pelo compromisso com a formação do cidadão ético e reflexivo; com o aprender de forma significativa; com o uso de recursos tecnológicos e metodologias que contribuam para a construção do conhecimento, o trabalho colaborativo e solidário. Para tanto, oferece a oportunidade de que estudantes e professores realizem experiências práticas que possam incentivar a sua criatividade e autonomia. O CIEPB desenvolve atividades para atender a cada etapa da Educação Básica, desde os Anos Iniciais até o Ensino Médio e, ainda, para a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Tais atividades Ata 2843

1

2

3

4 5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17 18

19 20

21

22

23

24

25

2627

28

29

30

31

32

33 34

35

36 37

38

39 40

41

42

43

44 45

46

47

48

49

50

são promotoras do "aprender fazendo" que contribui para o desenvolvimento de competências de forma lúdica e dinâmica, o que inspira os docentes a repensar a sua prática pedagógica e ilustra caminhos possíveis para o uso de tecnologia no cotidiano escolar. O layout do CIEPB é padronizado para todas as unidades e foi desenhado com o apoio de diversos especialistas para inspirar a criatividade e o "espírito maker" dos visitantes. Seu mobiliário foi planejado para facilitar a concepção e o compartilhamento de ideias, além de promover o trabalho colaborativo através de um ambiente acolhedor e promotor da utilização plena das metodologias ativas. Nos Centros, são disponibilizados os seguintes ambientes: - Hub de Inovação: espaço facilitador de conexões que visam a inovação. Os visitantes têm a oportunidade de desenvolver ferramentas, produtos, serviços e soluções inovadoras para situações do cotidiano; - Programação Descomplicada: nesse espaço, podem ser realizadas atividades que envolvem a linguagem de programação de forma plugada ou desplugada, criando oportunidades para que os visitantes desenvolvam o raciocínio lógico e o pensamento computacional de maneira lúdica, gamificada e intuitiva, a partir de metodologias que priorizam o protagonismo e o trabalho colaborativo; - Estúdio: os professores e alunos têm acesso à infraestrutura necessária para produção multimídia e desenvolvimento de atividades envolvendo educação midiática que incorpore a produção e conteúdo educativo, gestão democrática das mídias e prática epistemológica e experimental do conceito educomunicativo; - Cultura Maker: o ambiente privilegia o essencial da Cultura Maker, contemplando o fazer, o construir, o experimentar e o criar. Valendo-se de material não estruturado e componentes eletrônicos que seriam descartados, é a robótica com sucata, sua maior expressão; - Cultura Digital: espaço para o desenvolvimento de atividades alinhadas à educomunicação, produção audiovisual e pensamento computacional; -Robótica e Modelagem: espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades através da criatividade e do foco em solução de problemas, partindo da prototipagem até a reconstrução e criação de robôs e protótipos, além da utilização de material não estruturado. Outro aspecto importante deste espaço é promover o entendimento da linguagem de programação e placas microcontroladoras, viabilizando sua aplicação no desenvolvimento de projetos, considerando a replicabilidade para alunos, professores, escola e comunidade; - Prototipagem e Fabricação digital: espaço para a modelagem e produção de protótipos, com o apoio de equipamentos como impressora 3D e cortadora laser, traz para o plano concreto as ideias esquematizadas e desenhadas de forma digital. Ao final de sua apresentação, a Profa. Débora referiu-se ao número de Unidades CIEBP em funcionamento, afirmando que elas cobrem a maior parte dos polos do estado e, para as localidades que não possuem uma unidade, a Carreta CIEBP Presente pode levar essa oportunidade para os professores e estudantes da rede. São 17 Centros e um, em fase de inauguração. A Conselheira Eliana Martorano Amaral parabenizou as professoras por suas apresentações, destacando a importância dessas iniciativas especialmente em uma rede com as dimensões da rede pública de São Paulo. No caso dos recursos do CMSP, tem-se uma excelente oportunidade para investir na formação continuada dos professores, inclusive com parceria com as Universidades Públicas. Sobre o CIEPB, uma contribuição impar para que a educação paulista chegue efetivamente à era digital. Terminada mais essa apresentação, o evento foi encerrado pelo Senhor Secretário de Educação, Prof. Hubert Alguéres, que agradeceu a presença e a participação de todos. Roque Theophilo Junior..... Ana Teresa Gavião Almeida Marques Mariotti..... Claudio Kassab..... Cláudio Mansur Salomão.....

Débora Gonzalez Costa Blanco.....

Ata 2843

1	Eliana Martorano Amaral
2	Ghisleine Trigo Silveira
3	Kátia Cristina Stocco Smole
4	Laura Laganá
5	Márcia Aparecida Bernardes
6	Marlene Aparecida Zanata Schneider
7	Maria Eduarda Queiroz de Moraes Sawaya
8	Mauro de Salles Aguiar
9	Rosângela Aparecida Ferrini Vargas Chede
10	Rose Neubauer
11	Valdenice Minatel Melo de Cerqueira